PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA N. 0197/2024

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO o deferimento do Coordenador do Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujuri), constante no e-Doc n. 07010653788202467, nos termos do art. 4°, inciso II, do Ato Conjunto PGJ/CGMP n. 011/2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça**ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE** para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Dianópolis/TO, Autos n. 0002758-61.2019.8.27.2716, em 7 de março de 2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de março de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI

Procurador-Geral de Justiça

Assinaturas do documento



Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)

Na data: 06/03/2024 às 16:04:58

SIGN: 0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206

 $\textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/0ff386b61cde851add3f7d2bccdc3f6b558a1206} \\ \textbf{URL:} \ \underline{\text{https://mpto.m$

Este documento foi assinado eletrônicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no ambito do Ministério Público do Estado do Tocantins, segundo o Ato 071/2012 da PGJ.